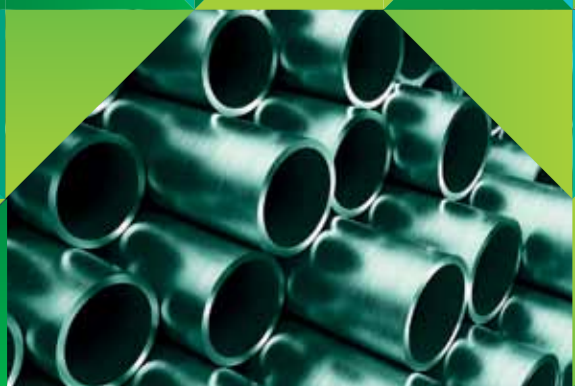


APOIAR O DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO. ESSE É O NOSSO NEGÓCIO.

A Desenvolve SP – Agência de Desenvolvimento Paulista é uma instituição financeira do Governo do Estado de São Paulo que oferece crédito, com juros baixos e longos prazos, para o crescimento sustentável das pequenas e médias empresas e municípios paulistas. Nesses quatro anos, tivemos importantes conquistas, entre elas:

- ▶ Mais de R\$ 1 bilhão em financiamentos.
- ▶ Criação de linhas de crédito para municípios, com destaque para a Linha Acessibilidade Urbana e Iluminação Pública.
- ▶ Lançamento do programa de financiamento para Santas Casas, com taxa subsidiada pelo Governo do Estado de São Paulo.
- ▶ 72% dos financiamentos destinados para projetos de investimento e ampliação de negócios.
- ▶ Entrega dos primeiros caminhões do Programa Renova SP, que financia a compra de caminhões novos com juro zero, subsidiado pelo Governo do Estado de São Paulo.
- ▶ Mais de R\$ 32 milhões investidos em Economia Verde.
- ▶ Lançamento do programa de financiamento para o setor avícola, com garantias vinculadas ao crédito de ICMS.
- ▶ Lançamento da Linha de Panificação e Confeitaria.
- ▶ Linha Emergencial para o município de Taquarituba.
- ▶ Parceria com a FINEP para repasse de recursos do Programa INOVACRED.



DESENVOLVE SP
Agência de Desenvolvimento Paulista



**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**

INOVAMOS PARA CRESCER COM SÃO PAULO.



Relatório da Administração – 2013

1. APRESENTAÇÃO
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da **Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**, relativos ao ano de 2013. Este relatório contém as principais informações sobre o desempenho operacional e econômico-financeiro da **Desenvolve SP**, com destaque para as principais iniciativas realizadas pela instituição no ano de 2013.

2. DESENVOLVE SP – AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A.
Em março de 2013, a Nossa Caixa Desenvolvimento mudou oficialmente seu nome para **Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A.**

A **Desenvolve SP** é uma instituição financeira de desenvolvimento, que atua em todo o Estado de São Paulo, e oferece seus produtos e serviços destinados a atender prioritariamente as empresas de pequeno e médio porte.

Com sede no município de São Paulo, iniciou suas atividades em março de 2009, e faz parte da administração indireta do Estado de São Paulo, que detém o controle acionário. Sua finalidade é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia paulista, por meio de financiamento de projetos produtivos que resultam na geração de renda e ampliação de novos empregos.

Com capital integralizado de R\$ 1 bilhão, a Agência vem atuando de forma integrada com as entidades do Governo Estadual, constituindo-se num mecanismo ágil para definição de prioridades e instrumentos de atuação associados ao desenvolvimento econômico e social do Estado de São Paulo.

• **Missão:** Promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras.

• **Visão:** Ser reconhecida como instituição financeira de referência no desenvolvimento sustentável da economia paulista.

• **Valores:** Ética, transparência, excelência operacional e comprometimento com a sociedade.

2.1. Público Alvo
A **Desenvolve SP** atende as empresas instaladas e com sede no Estado de São Paulo, dos setores produtivos: indústria, comércio, agronegócio e serviços, com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões.

Para empresas com faturamento superior a R\$ 300 milhões, a **Desenvolve SP** atua como agente repassador das linhas de financiamento com recursos de terceiros.

As prefeituras e os órgãos da administração direta e indireta dos municípios também fazem parte do público atendido pela instituição, por meio de linhas de financiamento específicas para o setor público.

2.2. Programas de Governo e Linhas de Financiamento
A **Desenvolve SP** promove o desenvolvimento sustentável do Estado de São Paulo, por meio de operações de crédito consciente e de longo prazo, para pequenas e médias empresas paulistas e, por meio das linhas de financiamento para o setor público, a instituição incentiva o crescimento dos municípios e contribui para a melhoria da qualidade de vida da população paulista.

Em seu papel de instrumento de apoio às políticas públicas, alinhada ao Governo do Estado de São Paulo, a **Desenvolve SP** elabora projetos para o desenvolvimento das regiões do Estado e para os diversos setores da economia.

Em 2013, foram lançadas sete linhas de financiamento, sendo que seis são associadas às políticas de desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo:

I. Linha de Acessibilidade Urbana
Esta linha pode financiar projetos que contemplem a implementação de plano de acessibilidade nos espaços públicos para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e que criem condições de inclusão social a esse público.

II. Linha de Iluminação Pública
A partir da Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) nº 414, de 09 de setembro de 2010, os ativos de Iluminação Pública que antes eram das distribuidoras de energia elétrica, passam a ficar sob a responsabilidade das prefeituras.

Considerando essa eminente demanda para que os municípios possam se adequar às exigências, a **Desenvolve SP** lançou a Linha de Iluminação Pública, para financiar projetos que contemplem a implantação, ampliação ou adequação do sistema de iluminação pública dos municípios.

III. Linha de financiamento às Indústrias de Panificação e Confeitaria
O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Desenvolve SP**, com uso de recursos do Fundo de Apoio a Contribuintes do Estado de São Paulo (Funic), disponibiliza para empresas da Indústria de Panificação e Confeitarias uma linha de financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos, para que as empresas possam se adequar e atender a Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego nº 12 (NR12), que prevê a substituição de equipamentos para garantir a segurança dos trabalhadores e a redução dos acidentes de trabalho. As taxas de juros dos financiamentos são equalizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, subsidiando a "juros zero" os financiamentos em situação adimplente.

IV. Linha Emergencial de Recuperação de Empresas
Em setembro de 2013, a cidade de Taquarubia foi atingida por um tornado que causou destruição por toda a cidade. A zona industrial foi uma das áreas mais atingidas pelo fenômeno.

O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Desenvolve SP**, disponibilizou a Linha Emergencial de Recuperação de Empresas, para atender a esta e a outras cidades onde for decretado estado de emergência ou de calamidade pública em decorrência de eventos climáticos. Os financiamentos destinam-se às empresas comerciais, industriais e prestadoras de serviços, estabelecidas na cidade atingida, e contam com juros parcialmente subsidiados.

V. Programa Saúde SP
O Governo do Estado de São Paulo, por meio da **Desenvolve SP**, lançou o SAUDE SP, Programa de Incentivo a Infraestrutura de Saúde, para financiamento às Santas Casas paulistas e instituições filantrópicas de saúde, com subsídio de parte das taxas de juros da linha BNDES Saúde, por meio de repasses diretos da Secretaria da Saúde.

As duas linhas de crédito, citadas abaixo, são voltadas para reestruturação de dívidas com fornecedores e bancos, para as instituições de saúde que prestam serviços para o SUS (Sistema Único de Saúde) e também para ampliação, modernização e melhoria da gestão das entidades.

• **VI. BNDES Saúde – BNDES Autômático – Atendimento SUS;**

• **VII. BNDES Saúde – BNDES Finem – Desenvolvimento Institucional;**

Além das linhas de financiamento associadas às políticas de desenvolvimento do Governo do Estado de São Paulo lançadas em 2013, a **Desenvolve SP** conta com os seguintes projetos, também, associados às ações governamentais:

• **Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi)**
Programa de apoio às empresas do setor avícola que efetuam o abate de aves no Estado de São Paulo, conforme autorização para vinculação de créditos acumulados de ICMS em garantia introduzida pelo Decreto Estadual nº 58.764, de 20 de dezembro de 2012.

• **Programa São Paulo Inova**
O São Paulo Inova é uma iniciativa do Governo do Estado de São Paulo para apoiar empresas paulistas de base tecnológica e de perfil inovador.

O programa conta com três linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP** que atendem empresas baseadas no Estado de São Paulo que tenham perfil inovador e com foco naquelas instaladas em incubadoras e nos parques tecnológicos.

O programa ainda contempla a constituição do Fundo de Investimento Inovação Paulista, cujo objetivo é fomentar as empresas de perfil inovador, com potencial para geração de novos produtos, agregando valor e beneficiando a economia e a população paulista.

• **Programa Renova SP**
O Programa de Incentivo à Renovação de Frota de Caminhões do Estado de São Paulo, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.093, de 30 de maio de 2012, e denominado Renova SP, tem a finalidade de modernizar a frota de caminhões no Estado, por meio de linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP**, com recursos próprios ou mediante repasse de recursos de outras instituições de fomento ou desenvolvimento.

• **Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo**
O Programa de Incentivo ao Investimento Esportivo, instituído pelo Decreto Estadual nº 58.339, de 27 de agosto de 2012, tem a finalidade de estimular a realização de investimentos para sediar a Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014™, no Estado de São Paulo, por meio de duas linhas de financiamento operadas pela **Desenvolve SP**.

• **Apoio Regional - Vale do Ribeira**
Linha de financiamento com objetivo de promover o desenvolvimento econômico dos municípios situados na região do Vale do Ribeira por meio do financiamento ao agronegócio, comércio, serviços e indústria.

2.3. Ampliação das parcerias com entidades empresariais
Por meio do modelo de atuação de parcerias com órgãos de classe e entidades representativas do segmento empresarial, a **Desenvolve SP** abrange todo o território paulista e viabiliza o acesso rápido aos financiamentos para as pequenas e médias empresas.

Neste ano, foram formalizadas 13 novas parcerias com associações empresariais e 70 novas parcerias com fabricantes e revendedores de máquinas e equipamentos, por meio do Financiamento a Comercialização, ferramenta criada para dinamizar a comercialização de Máquinas e Equipamentos, por meio de acordo operacional entre fabricantes e revendedores e a **Desenvolve SP**. Totalizando 150 acordos operacionais.

2.4. Fundos de Investimento
A **Desenvolve SP** possui atualmente posições em cinco Fundos de Investimento em Participações, sendo quatro fundos em operação e um fundo em processo de constituição.

O **Fundo Performa SC-1** tem como objetivo o investimento em empresas emergentes inovadoras localizadas no estado de São Paulo e tem como foco setorial investimentos no setor de *clean tech*, biotecnologia, aplicações médicas, nanotecnologia e tecnologia da informação.

O **Fundo CRP Empreendedor** é um Fundo de Investimento em médias empresas emergentes e inovadoras localizadas no Sul ou Sudeste do Brasil. Tem como foco empresas do setor de petróleo e gás, bens de capital, energias renováveis, nanotecnologia, fármacos, biotecnologia e novos materiais. O **Fundo Burrill Brasil I** tem como objetivo o tema de ciências da vida, tem o Brasil como foco regional, e como foco setorial empresas biofarmacêuticas, farmacêuticas, de equipamentos médicos, diagnósticos, saúde, serviços de bem estar, biotecnologia agrícola, biotecnologia industrial, biocombustíveis e bioquímicos, localizados no Brasil ou estratégicos a ele.

Em maio de 2013, foram definidas a gestora e a administradora do **Fundo Inovação Paulista**, ligado ao **Programa São Paulo Inova**, que teve seu início formal em setembro de 2013 com seu registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Idealizado pela **Desenvolve SP**, e tendo como investidores institucionais, a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo (Sebrae-SP), tem como foco setorial empresas inovadoras no setor de tecnologia da informação e comunicação, tecnologias agropecuárias, novos materiais/nanotecnologias e tecnologias em saúde. A **Desenvolve SP** aprovou, em agosto de 2013, a participação da instituição na chamada conjunta do Fundo de Investimento em Participação destinado aos setores aeroespacial, defesa, segurança e integração de sistemas (**Fundo Aeronáutico**), idealizado pela Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A. (Embraer), e tendo como investidores institucionais, a Finep, BNDES Participações S.A. (BNDESPar), e **Desenvolve SP**. O fundo ainda não iniciou suas atividades, porém estima-se um patrimônio mínimo inicial de R\$ 130 milhões e duração de oito anos.

3. DESEMPENHO FINANCEIRO
A **Desenvolve SP** registrou, no exercício de 2013, lucro líquido de R\$ 29,5 milhões. Com Patrimônio Líquido de R\$ 1.035 milhões, o Retorno Anualizado sobre o Patrimônio Líquido (ROAE), em 31 de dezembro de 2013, foi de 2,86%. O resultado bruto da intermediação financeira foi de R\$ 75,5 milhões, com saldo líquido entre despesas operacionais e outras receitas de R\$ 42,1 milhões, gerando resultado operacional de R\$ 33,4 milhões.

O total de ativos alcançou R\$ 1.334 milhão, em 31 de dezembro de 2013, composto por 35,6% de títulos e valores mobiliários, 7,0% de operações compromissadas, 2,5% de outros ativos e 54,9% de operações de crédito, com carteira composta com 68,6% de recursos próprios e 31,4% com recursos do BNDES.

4. DESEMPENHO OPERACIONAL
4.1. Desembolsos
Em abril de 2013, a **Desenvolve SP** atingiu a marca histórica de R\$ 1 bilhão de desembolsos acumulados. Essa meta foi traçada em 2009, quando do início de suas atividades, e foi celebrada em 04 de junho de 2013 no Palácio dos Bandeirantes.

Para alcançar esta marca, a **Desenvolve SP** lançou programas inovadores e produtos com juros a partir de zero, subsidiados pelo Governo do Estado de São Paulo, que apoiam empresas e prefeituras paulistas, incentivando a melhoria da qualidade de vida da população e a geração de emprego e renda.

Este ano os desembolsos somaram R\$ 362 milhões. Os desembolsos acumulados, desde 2009, totalizaram R\$ 1.252 milhões, sendo 71,6% com recursos próprios e 28,4% com recursos de terceiros. Ao final de dezembro de 2013, 1.076 empresas de 224 cidades receberam recursos da **Desenvolve SP**, sendo que, dos desembolsos acumulados, 35,7% foram liberados para empresas da Região Administrativa (RA) de São Paulo, que engloba 39 cidades e concentra 46% dos estabelecimentos do Estado de São Paulo.

Na comparação dos desembolsos acumulados por setor, o de serviços obteve o maior crescimento, passando de 16,6% em 2012, para 25,0% em 2013. A indústria continua sendo o setor com maior representatividade do desembolso acumulado, com 56,5%, em 2013, mas, se comparado com 2012, apresentou queda de 5,3% do desembolso acumulado total, mostrando uma tendência de diversidade gradativa da carteira da **Desenvolve SP**.

Em relação ao porte, as micro e pequenas empresas (MPE's) tiveram o melhor desempenho, com crescimento de 4,2 pontos percentuais na representatividade do desembolso acumulado, passando de 13,1% em 2012, para 17,3% em 2013. As empresas de médio porte continuam sendo o segmento do maior representatividade do desembolso acumulado, com 52,9%, em 2013.

4.2. Desembolsos destinados à Inovação
Com quatro linhas de financiamento disponíveis para inovação, a **Desenvolve SP** desembolsou R\$ 342 milhões, acumulados desde 2009, sendo que 33,2% desses foram desembolsados somente este ano.

As micro e pequenas empresas obtiveram 31,7% dos desembolsos destinados à inovação, em 2013, em linha à Lei Estadual nº 15.099, de 25 de julho de 2013, que dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as micro e pequenas empresas do Estado de São Paulo.

4.3. Saldo Operações de Crédito
O saldo das operações de crédito totalizou R\$ 767 milhões, em 31 de dezembro de 2013, um crescimento de 25,5% se comparado com 2012. Segundo dados do Banco Central do Brasil (Bacen), o mercado de crédito para pessoa jurídica cresceu 16,4% nos últimos 12 meses.

As operações para projetos de investimentos são as de maior representatividade, com 60,5% da carteira, consolidando o papel da **Desenvolve SP**, como importante instrumento para a promoção do desenvolvimento da economia do Estado de São Paulo.

As operações de repasse, com recursos de terceiros cresceu três pontos percentuais, se comparado com 2012, fechando 2013 com 31,4%, e o capital de giro com 8,1% do total da carteira. Considerando o prazo de vencimento das operações, a carteira está composta com 28,02% de operações com vencimento de até 360 dias e 70,5% acima de 360 dias. Vale destacar que 67,09% da carteira estão classificados nos ratings "AA" e "A".

5. GOVERNANÇA CORPORATIVA
Transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa, são os princípios que norteiam o modelo de governança da **Desenvolve SP**.

Com a orientação estratégica do Conselho de Administração e a Diretoria Colegiada, que exerce a administração geral, a **Desenvolve SP** busca a excelência na execução dos seus objetivos, assegurando o seu funcionamento, alinhado com as suas políticas e diretrizes.

As decisões são tomadas de forma colegiada, em níveis de alçadas, com o propósito de envolver todos os seus membros na definição de estratégias e aprovação de propostas. Em abril de 2013, foi instalado oficialmente o Comitê de Auditoria que, assim como o Conselho Fiscal e a Auditoria Interna, executa as atribuições relativas à supervisão e fiscalização da gestão dos administradores da instituição. Compete, também, ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da instituição, na qualidade e eficácia dos sistemas de controles internos e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna.

Ainda em 2013, foi constituído o Comitê de Remuneração que tem como atribuição elaborar a Política de Remuneração de Administradores.

6. GESTÃO DE PESSOAS
Com um quadro de pessoal qualificado e tecnicamente preparado a **Desenvolve SP** conta, em dezembro de 2013, com 144 colaboradores ativos, incluindo 04 Diretores, e, além destes, mais 14 estagiários e 04 jovens aprendizes.

Valores morais como respeito, seriedade, honestidade, lealdade fazem parte da conduta e postura profissional de nossos colaboradores.

6.1. Programa Jovem Aprendiz
A **Desenvolve SP** presta um serviço social de extrema relevância à sociedade, gerando empregos e qualificando mão de obra através do Programa Jovem Aprendiz, que teve início em 12 de setembro de 2011 e se manteve com sucesso em 2013.

6.2. Programa de Estágios
A **Desenvolve SP** encerrou o ano de 2013 com 14 estagiários contratados. Este programa, com o apoio da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap), iniciado em 28 de outubro de 2009, cria oportunidades de aprendizado para a formação dos futuros profissionais do mercado, transformando teoria em prática e oferecendo um ambiente rico em oportunidades de desenvolvimento.

7. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
A **Desenvolve SP** preza por seu compromisso na adoção de uma postura e ações éticas, que contribuem para o desenvolvimento econômico de forma consonante com a qualidade de vida de seus clientes internos e externos, criando novos produtos, inovando em suas ações e sempre priorizando a qualidade e o respeito ao meio ambiente como valores essenciais de sua marca.

Esses valores levam em consideração uma postura disseminada pelo seu Código de Ética, uma boa Governança Corporativa, programas de treinamento, atendimento às legislações vigentes, programa de valorização do seu público interno, doações e contribuição para o não desperdício dos recursos naturais.

7.1. Programa de Responsabilidade Socioambiental
Este programa objetiva estimular os colaboradores a exercerem a cidadania integral na sociedade em que estão inseridos. Em 2013, foram realizadas campanhas com a participação dos colaboradores, destacando-se as de doações de sangue, agasalhos, material de higiene pessoal, fraldas descartáveis, leite em pó e material escolar.

7.2. Programa de Qualidade de Vida
Por meio do Programa de Qualidade de Vida são realizadas ações que permitem ao colaborador maior motivação e saúde no ambiente de trabalho.

Em 2013 a **Desenvolve SP** propiciou aos colaboradores a vacina contra a gripe, no mês de abril. Também manteve a Atividade de Ginástica Laboral (AGIL) e o Momento de Descompressão, que trata da *quick-massage* para os colaboradores, ambos com o objetivo de reduzir a ocorrência de doenças laborais, absenteísmo e presenteísmo, bem como contribuir com a qualidade de vida e a redução do estresse no ambiente de trabalho.

1 Estabelecimentos nos setores do comércio, indústria e serviços.
2 *Quick-massage*: massagem rápida.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2013

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31.12.2013	31.12.2012
Circulante		336.983	320.471
Aplicações interfinanceiras de liquidez		92.732	11.901
Aplicações no mercado aberto		92.732	11.901
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	5	23.293	109.351
Carteira própria		23.293	109.351
Operações de crédito	6	208.426	189.058
Setor público		32.447	22.173
Setor privado		193.801	177.842
(Provisão para operações de crédito)		(17.822)	(10.957)
Outros créditos		5.972	9.388
Rendas a receber		101	-
Diversos	7	5.871	9.388
Outros valores e bens		6.560	773
Bens não de uso próprio		6.513	773
Despesas antecipadas		47	-
Não circulante		992.757	904.608
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financ. derivativos	5	452.140	495.675
Carteira própria		452.140	495.675
Operações de crédito	6	524.092	402.321
Setor público		91.346	93.818
Setor privado		449.493	317.322
(Provisão para operações de crédito)		(18.747)	(6.819)
Outros créditos	7	18.525	6.612
Diversos		18.525	6.612
Permanente		4.654	3.083
Investimentos		3.474	2.413
Ações e cotas		3.474	2.413
Imobilizado de uso		1.076	587
Outras imobilizações de uso		1.283	693
(Depreciações acumuladas)		(207)	(106)
Intangível		104	83
Outros ativos intangíveis		232	172
(Amortização acumulada)		(128)	(89)
Total do ativo		1.334.394	1.228.162
Passivo			
Circulante		117.006	75.965
Depósitos	8	730	6.146
Depósitos vinculados		730	6.146
Obrigações por repasses do País			
Instituições Oficiais	9	71.923	48.449
BNDES		35.781	17.538
FINAME		36.142	30.911
Outras obrigações	10	44.353	21.370
Cobrança e arrecadação de tributos		231	35
Obrigações sociais e estatutárias		22.539	4.772
Obrigações fiscais e previdenciárias		11.773	12.983
Recursos para destinação específica		4.711	-
Diversos		5.099	3.580
Não circulante		182.454	118.739
Obrigações por repasses do País			
Instituições Oficiais	9	163.950	118.739
BNDES		57.854	32.851
FINAME		106.096	85.888
Outras obrigações	10	18.504	-
Obrigações fiscais e previdenciárias		60	-
Recursos para destinação específica		18.231	-
Diversos		213	-
Patrimônio líquido	12	1.034.934	1.033.458
Capital social		1.000.000	1.000.000
Ações ordinárias - País		1.000.000	1.000.000
Reservas de lucros		34.934	33.458

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

8. DESTAQUES 2013
✓ DESENVOLVE SP ATINGE R\$ 1 BILHÃO DE DESEMBOLSO
No dia 04 de junho de 2013, a **Desenvolve SP** e o Governo do Estado de São Paulo celebraram, em um evento no Palácio dos Bandeirantes, a marca de R\$ 1 bilhão de desembolso.

Esta importante conquista é resultado das ações integradas do Governo Estadual no incentivo ao desenvolvimento de São Paulo, à geração de empregos e renda e a melhoria da qualidade de vida da população. A **Desenvolve SP** é a mais jovem agência de fomento do País a alcançar a marca.

✓ **PRÊMIO: MELHORES EMPRESAS PARA ESTAGIAR 2012**
A **Desenvolve SP** recebeu, em 2013, do Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), o prêmio "As Melhores Empresas para Estagiar 2012", na categoria setor público, até 60 estagiários. Nuncina na história do prêmio, lançado em 2006, um órgão do Governo do Estado de São Paulo esteve entre os vencedores.

Cerca de três mil estagiários do Estado de São Paulo participaram do levantamento, avaliando o ambiente organizacional, sua integração com outros colaboradores e participação em eventos ou treinamentos, o acesso a recursos internos e a importância das atividades desenvolvidas para seu futuro profissional, entre outros pontos.

Organizado pelo CIEE, em parceria com a consultoria Toledo & Associados e com o apoio da seccional paulista da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-SP), o concurso premia as melhores iniciativas de programas de estágio no Estado.

✓ **PROGRAMA DE INCENTIVO À RENOVAÇÃO DA FROTA DE CAMINHÕES**
No 1º trimestre de 2013, foram liberados os primeiros financiamentos no âmbito do Programa de Incentivo à Renovação da Frota de Caminhões, totalizando até dezembro R\$ 8,7 milhões de desembolsos na região portuária de Santos, local do projeto piloto.

O Programa conta com taxas de juros zero, equalizadas pelo Governo do Estado de São Paulo, para clientes adimplentes, que pagarão somente a amortização. O prazo é de até 96 meses, com até seis meses de carência.

Os beneficiários são os caminhoneiros autônomos e microempreendedores individuais que atuam como caminhoneiros, na região portuária de Santos, proprietários de caminhões com idade igual ou superior a 30 anos.

A iniciativa faz parte de um plano do Governo do Estado para modernizar a frota de caminhões de São Paulo e atingir as metas da Política Estadual de Mudanças Climáticas.

✓ **INOVACRED**
A **Desenvolve SP** e a Finep assinaram um convênio, em 2013, aonde realizaram uma parceria com o objetivo de oferecer a linha de financiamento Inovacred, com recursos da Finep e operada pela **Desenvolve SP**, focada na inovação de produtos e processos, a taxas de juros reduzidas. O limite total de recursos, disponibilizados pela Finep para concessão de créditos, pela **Desenvolve SP**, é de R\$ 80 milhões.

✓ **LEILÃO DE CRÉDITOS DE ICMS**
A **Desenvolve SP**, em uma ação pioneira no Brasil, com base no Decreto 58.465, de 16 de outubro de 2012, desenvolveu o Programa de Apoio ao Setor Avícola (Proavi), e passou a aceitar, como garantia, créditos de imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), retidos junto à Secretaria da Fazenda, em operações de capital de giro aos aviicultores. Os créditos acumulados do imposto foram resultado de uma iniciativa do Governo Estadual para recuperar o setor avícola, que atravessava uma crise no ano passado.

Em 04 de julho de 2013, foi realizada a sessão pública do leilão para alienação dos direitos sobre créditos acumulados de ICMS, que foram vinculados em garantias na operação de financiamentos no âmbito do referido programa Proavi, no qual a Ambev Brasil Bebidas S.A. (Ambev) ofertou deságio de 3,99% sobre o valor de face dos créditos de ICMS, vencendo o leilão de R\$ 20,1 milhões. O valor apurado no leilão foi utilizado para quitar os débitos dos aviicultores junto a **Desenvolve SP**.

✓ **LINHA DE CRÉDITO EMERGENCIAL**
As empresas atingidas pelo tornado que destruiu parte do município de Taquarubia, em setembro de 2013, passaram a contar com a linha de crédito emergencial para a recuperação de suas atividades. A linha pode ser utilizada para a reconstrução dos estabelecimentos comerciais, reconstrução de estoques e compra de máquinas e equipamentos.

Os empresários que procuraram financiamento na **Desenvolve SP** pela linha de crédito emergencial pagaram apenas 1% de juros ao ano (para os pagamentos em dia). A redução da taxa foi uma medida do Governo do Estado de São Paulo para apoiar a reconstrução do setor produtivo da cidade, favorecendo os empresários que perderam tudo em Taquarubia.

✓ **LANÇAMENTO DO FUNDO INOVAÇÃO PAULISTA**
O Fundo Inovação Paulista foi aprovado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) em 12 de setembro de 2013 e lançado no *Open Innovation Week (OIW)*, no dia 26 de novembro. O fundo contará com patrimônio de até R\$ 100 milhões e iniciará em breve a fase de captação de empresas inovadoras para investimento. O ato tem como investidores, além da **Desenvolve SP**, a Fapesp, a Finep, o Sebrae-SP, a *Corporación Andina de Fomento (CAF)*, dentre outros.

O objetivo do fundo é investir em pequenas e médias empresas e startups de base tecnológica, preferencialmente segmentos de tecnologia de informação e comunicação, biotecnologia, novos materiais, fotonica, nanotecnologia e agronegócios. No mínimo, 80% do capital serão destinados a empresas inovadoras com faturamento bruto de até R\$ 3,6 milhões. Já as empresas inovadoras com faturamento bruto de até R\$ 18 milhões receberão, no máximo, 20% do capital a ser investido.

O Estado de São Paulo é responsável por mais da metade da produção científica do país, além de contar com grande número de parques tecnológicos e incubadoras.

✓ **PLANO DE CONTINUIDADE DE NEGÓCIOS**
Com o objetivo de estabelecer procedimentos e regras que devem ser aplicados no caso de ocorrência de eventos que impeçam a continuidade dos negócios críticos da instituição, e estabelecer regras de acesso, utilização e segurança física para o ambiente alternativo, a **Desenvolve SP**, em novembro de 2013, estabeleceu o Plano de Continuidade de Negócios (PCN), com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.380, de 29 de junho de 2006.

✓ **ENCONTROS EMPRESARIAIS NO INTERIOR PAULISTA**
Nos meses de junho a agosto de 2013, a **Desenvolve SP** levou ao interior do Estado de São Paulo o renomado consultor César Souza, presidente do Grupo Empreenda, com a palestra "Planeje o sucesso e o crescimento de sua empresa". O encontro foi realizado nas cidades de Sorocaba, Campinas, Jundiá, São José dos Campos, Bauri, Santo André, Suzano, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

<

TRABALHAMOS PELO CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL DOS MUNICÍPIOS.



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

	Capital realizado	Aumento de capital	Reservas de lucros		Lucros ou prejuízos acumulados	Total
			Legal	Especiais de lucro		
Saldos em 01/01/2012	1.000.000	-	4.164	20.478	-	1.024.642
Lucro líquido do período	-	-	-	-	32.242	32.242
Destinações:						
Reservas	-	-	1.612	7.204	(8.816)	-
Dividendos	-	-	-	-	(5.066)	(5.066)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(18.360)	(18.360)
Saldos em 31/12/2012	1.000.000	-	5.776	27.682	-	1.033.458
Mutações do período	-	-	1.612	7.204	-	8.816
Saldos em 01/01/2013	1.000.000	-	5.776	27.682	-	1.033.458
Lucro líquido do período	-	-	-	-	29.525	29.525
Destinações:						
Reservas	-	-	1.476	-	(1.476)	-
Dividendos	-	-	-	-	(11.319)	(11.319)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(16.730)	(16.730)
Saldos em 31/12/2013	1.000.000	-	7.252	27.682	-	1.034.934
Mutações do período	-	-	1.476	-	-	1.476
Saldos em 01/07/2013	1.000.000	-	4.226	29.281	-	1.035.505
Lucro líquido do período	-	-	-	-	20.557	20.557
Destinações:						
Reservas	-	-	1.028	(1.599)	571	-
Dividendos	-	-	-	-	(11.319)	(11.319)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(9.809)	(9.809)
Saldos em 31/12/2013	1.000.000	-	7.252	27.682	-	1.034.934
Mutações do período	-	-	1.028	(1.599)	-	(571)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013
(Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional
A Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. é uma Instituição Financeira de Capital Fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, pela Lei Estadual nº 10.853/2001 e regulamentada pelo Decreto nº 52.142/2007, sendo parte integrante da administração indireta do Estado de São Paulo.
Em 16/05/2013, foi publicada a alteração da razão social da Nossa Caixa Desenvolvimento - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A para Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A., conforme aprovação dos Acionistas, em Assembleia Geral Extraordinária de 04/03/2013, e autorização pelo Banco Central do Brasil, em 16/04/2013.
As operações são regulamentadas pela Resolução CMN nº 2.828, de 30 de março de 2001, e alterações. A instituição iniciou suas atividades operacionais em 11 de março de 2009, após autorização de funcionamento do Banco Central do Brasil, obtida em 11 de fevereiro de 2009.
Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável da economia paulista por meio de soluções financeiras. Podendo praticar operações através de recursos próprios e repasses de recursos captados no País e no exterior originários de:
i. Fundos governamentais;
ii. Orçamento estadual;
iii. Organismos e Instituições Nacionais e Internacionais de Desenvolvimento.
Também faz parte do objeto social a prestação de garantias, a prestação de serviços de consultoria e de agente financeiro, bem como a administração de fundos de desenvolvimento, observado o disposto no art. 35 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A apresentação dessas Demonstrações Financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro (COSIF).
Em 19/02/2014, a Diretoria Colegiada aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras da Desenvolve SP - Agência de Fomento do Estado de São Paulo.
3 - Alterações na Lei das S.A. (Lei nº. 6.404)
A Lei nº. 11.638, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 e complementada pela Lei nº 11.941 de 27 de maio de 2009, alterou diversos dispositivos da Lei nº. 6.404 (Sociedade por Ações). Com vistas a regulamentar essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) editou/revisou diversos pronunciamentos contábeis de 2008 a 2013, sendo que os recepcionados pelo Banco Central do Brasil foram:

Pronunciamento Técnico	Data da Divulgação	IASB	BACEN Resolução CMN
CPC 00 (R1) Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	15/12/11	Framework	4.144/12
CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável de Ativos	7/10/10	IAS 36	3.566/08
CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa	7/10/10	IAS 7	3.604/08
CPC 05 (R1) Divulgação sobre Partes Relacionadas	7/10/10	IAS 24	3.750/09
CPC 10 (R1) Pagamento Baseado em Ações	16/12/10	IFRS 2	3.989/11
CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	16/09/09	IAS 8	4.007/11
CPC 24 Evento Subsequente	16/09/09	IAS 10	3.973/11
CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	16/09/09	IAS 37	3.823/09

Com exceção dos pronunciamentos relativos à Redução ao Valor Recuperável de Ativos e Pagamento Baseado em Ações, todos os demais recepcionados pelo Banco Central do Brasil demandaram adequações na elaboração das Demonstrações Financeiras da Instituição.

4 - Principais práticas contábeis

a) Receitas e despesas
As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, com exceção das rendas provenientes das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, que serão registradas como receita efetiva, somente na data do seu recebimento.

b) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações em títulos e valores mobiliários de curto prazo, de alta liquidez, com vencimento igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Em 31 de dezembro de 2013, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim compostos:

	31.12.2013	31.12.2012
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	92.732	11.901
Títulos e valores mobiliários - Cotas de fundos de investimento	1.541	1.599
Total da Caixa e Equivalentes de Caixa	94.273	13.500

c) Títulos e valores mobiliários
Os títulos e valores mobiliários que compõem a carteira própria foram registrados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os fundos de investimento são registrados pelo valor da cota divulgada pelo Administrador.

As agências de fomento estão dispensadas da aplicação da Circular Bacen nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, a qual estabelece que os títulos e valores mobiliários devem ser classificados dentro das seguintes categorias: títulos para negociação, disponíveis para a venda e mantidos até o vencimento, sendo que para as duas primeiras categorias deve ocorrer o ajuste ao valor de mercado.

d) Operações de crédito, obrigações por repasse e provisão para perdas em operações de crédito

d1. Operações de crédito e obrigações por repasse
As operações de crédito e as obrigações por repasse estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos.

Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso.

d2. Provisão para perdas em operações de crédito
A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

A Administração adota a premissa da contagem em dobro dos prazos para constituição da provisão por atraso das operações de crédito com prazo superior a 36 meses e que possuam garantias reais, conforme facultado pelo artigo 4º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

d3. Renegociações
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

e) Ativo permanente
O ativo permanente é registrado ao custo de aquisição líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil estimada dos bens à taxa de:

- 10% para instalações, móveis e equipamentos de uso e sistemas de comunicação;
- 20% para sistemas de processamento de dados;
- 20% para intangíveis.

f) Demais ativos e passivos
Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço.

g) Provisão para imposto de renda, contribuição social e contribuições

g1. Provisão para imposto de renda e contribuição social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$ 240 mil no ano.

Com o advento da lei nº 12.715 de 2012, a partir de janeiro de 2013, as agências de fomento, para fins de incidência de tributos federais, inclusive contribuições previdenciárias, ficaram submetidas às regras de tributação aplicáveis aos bancos de desenvolvimento. Desta forma, a alíquota da contribuição social aplicável sobre o lucro real foi alterada de 9% para 15%.

Conforme a legislação tributária, a Desenvolve SP optou pelo recolhimento mensal do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido com base na estimativa da receita, a título de antecipação do efetivo pagamento devido no ajuste anual.

Os créditos tributários referentes ao imposto de renda e contribuição social são constituídos através das diferenças temporárias entre o resultado contábil e fiscal. A expectativa de realização destes créditos está demonstrada na Nota 13.c.

g2. Recolhimento do PIS e da COFINS
As contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) são recolhidas mensalmente, com base na sistemática cumulativa, sujeitando-se às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, incidentes sobre o faturamento, permitindo-se ainda a dedução das despesas estabelecidas na legislação tributária.

g3. Medida Provisória nº 627
Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 - MP 627 - que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A MP 627 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Tributação - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;

- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e

- o parcelamento especial de contribuições ao PIS/Pasep e ao COFINS.

A Instituição aguardará a conversão da Medida Provisória em Lei para uma análise mais profunda, tendo em vista o número relevante de emendas propostas. Preliminarmente, estimamos que não haverá impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Desenvolve SP.

h) Utilização de Estimativas
As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para créditos de liquidação duvidosa e provisões para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

i) Contingências
A Instituição segue as diretrizes da Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, emitida pelo Banco Central do Brasil, referente aos procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de provisões, contingências passivas e contingências ativas.

A constituição da provisão para contingências passivas é realizada sempre que a opinião dos assessores jurídicos em relação à perda seja classificada como provável e que haja uma estimativa confiável dos montantes envolvidos. Os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrer qualquer desembolso na liquidação.

5 - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos
Em 31 de dezembro de 2013, a carteira de títulos e valores mobiliários estava assim composta:

	31.12.2013		31.12.2012	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	21.752	452.140	107.752	495.675
Cotas de Fundos de Renda Fixa	1.541	-	1.599	-
Total	23.293	452.140	109.351	495.675

As Cotas do Fundo de Renda Fixa e Letras Financeiras do Tesouro são custodiadas pelo Banco do Brasil S.A. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

d) Carteira por níveis de risco e prazos de vencimento

	Operações em Curso Normal								Total da Carteira	Total da Carteira	
	AA	A	B	C	D	E	F	G			H
Parcelas Vincendas	370.528	143.707	123.678	75.312	12.823	3.527	1.733	-	1.920	733.228	576.689
01 a 30	33.874	3.187	2.678	2.005	276	84	65	-	82	42.251	17.988
31 a 60	7.860	3.234	2.368	1.718	137	83	63	-	94	15.557	16.542
61 a 90	7.662	2.849	2.241	1.445	123	121	60	-	39	14.540	14.411
91 a 180	24.990	8.466	7.140	4.046	386	233	205	-	144	45.610	44.207
181 a 360	45.414	16.967	15.563	7.973	828	430	490	-	188	87.853	87.499
Acima de 360	250.728	109.004	93.688	58.125	11.073	2.576	850	-	1.373	527.417	396.042
Parcelas Vencidas	-	414	342	537	4	59	6	-	-	1.362	1.691
01 a 30	-	414	286	372	4	43	6	-	-	1.125	1.609
31 a 60	-	-	56	165	-	16	-	-	-	237	82
Subtotal	370.528	144.121	124.020	75.849	12.827	3.586	1.739	-	1.920	734.590	578.380

Operações em Curso Anormal (a)

	Operações em Curso Anormal (a)								Total da Carteira	Total da Carteira	
	AA	A	B	C	D	E	F	G			H
Parcelas Vincendas	-	-	-	431	2.153	1.668	2.980	2.160	13.183	22.575	24.937
01 a 30	-	-	-	6	66	119	74	97	618	980	1.196
31 a 60	-	-	-	6	65	118	74	95	617	975	1.212
61 a 90	-	-	-	9	63	114	74	89	604	953	1.114
91 a 180	-	-	-	33	187	334	220	128	1.646	2.548	2.355
181 a 360	-	-	-	65	353	314	436	153	2.376	3.697	3.963
Acima de 360	-	-	-	312	1.419	669	2.102	1.598	7.322	13.422	15.097
Parcelas Vencidas	-	-	-	33	347	513	982	1.519	6.528	9.922	7.838
01 a 30	-	-	-	9	66	116	142	165	623	1.121	1.199
31 a 60	-	-	-	7	70	119	141	236	607	1.180	1.429
61 a 90	-	-	-	7	73	124	141	240	585	1.170	1.189
91 a 180	-	-	-	10	138	147	362	787	1.811	3.255	3.240
181 a 360	-	-	-	-	7	196	91	2.123	2.417	2.417	781
Acima de 360	-	-	-	-	-	-	-	779	779	779	-
Subtotal	-	-	-	464	2.500	2.181	3.962	3.679	19.711	32.497	32.775
Total	370.528	144.121	124.020	76.313	15.327	5.767	5.701	3.679	21.631	767.087	611.155

(a) Operações vencidas acima de 59 dias.

e) Constituição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

Nível de Risco	31.12.2013			31.12.2012		
	Provisão %	Valor das Operações	Provisão	Valor das Operações	Provisão	Provisão
AA	-	370.528	-	302.534	-	-
A	0,5	144.121	721	141.028	705	955
B	1,0	124.020	1.240	95.507	955	955
C	3,0	76.313	2.289	28.934	868	868
D	10,0	15.327	1.533	17.126	1.713	1.713
E	30,0	5.767	1.730	10.611	3.183	3.183
F	50,0	5.701	2.850	5.531	2.766	2.766
G	70,0					

QUEM ACREDITA NO QUE FAZ NÃO VÊ LIMITES PARA CRESCER.



Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e semestre findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de Reais)

c) Recursos para Destinação Específica - Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento^(a)

	31.12.2013	31.12.2012
Programa Incentivo ao Investimento Esportivo	21.937	-
Programa Renova SP	1.005	-
Total	22.942	-

(a) Referem-se a recursos, transferidos pelo Governo do Estado de São Paulo, destinados a subsidiar os juros das parcelas adimplentes de operações de crédito das respectivas linhas de financiamento.

d) Outras Obrigações – Diversas

	31.12.2013	31.12.2012
Fornecedores	2.047	2.024
Provisões para despesas de pessoal	1.538	1.286
Adiantamentos por Fundos Garantidores de Operações	1.244	-
Provisões para despesas administrativas	475	270
Credores diversos	8	-
Total	5.312	3.580

11 - Desdobramento das contas de resultado

a) Despesas de pessoal

	2º Sem./2013	2013	2012
Proventos	5.748	10.919	10.234
Encargos sociais	2.276	4.352	4.058
Benefícios	1.705	3.248	3.042
Honorários de diretores e conselheiros	1.297	2.537	2.261
Treinamento	373	584	469
Estagiários	182	277	219
Total	11.581	21.917	20.283

b) Outras despesas administrativas

	2º Sem./2013	2013	2012
Propaganda e publicidade ^(a)	2.087	6.326	9.086
Patrocínios e relações públicas ^(a)	1.357	2.047	2.851
Processamentos de dados	1.216	2.419	2.241
Serviços técnicos especializados	787	1.551	1.197
Manutenção e conservação de bens	309	1.588	1.358
Transporte	307	632	575
Contribuições filantrópicas	258	258	210
Serviços de terceiros	159	308	355
Viagem no país	134	231	197
Comunicações	123	232	185
Seguros	118	202	12
Vigilância e segurança	112	214	181
Publicações	110	234	228
Serviços do sistema financeiro	102	230	408
Água, energia e gás	66	147	174
Materiais de Escritório	58	143	70
Depreciação	58	101	46
Amortização	20	38	50
Viagem ao exterior	-	-	3
Outras (legais e judiciais, copa, cozinha, limpeza, etc.)	336	850	746
Total	7.717	17.751	20.173

(a) Os investimentos em Propaganda e Publicidade incluem publicidade legal, realização de pesquisas, produção de materiais informativos, campanha publicitária, mídia e ações de marketing para divulgação dos produtos oferecidos no mercado com foco na geração de negócios junto ao público alvo, além de divulgar a forma de atuação da Instituição. Já o item Promoções e Relações Públicas refere-se substancialmente a investimentos relativos à participação em feiras e eventos de negócios, realizados em diversos locais do estado de São Paulo.

c) Despesas tributárias

	2º Sem./2013	2013	2012
Contribuição ao COFINS	2.243	4.341	4.358
Contribuição ao PIS	364	705	708
ISS	99	161	152
IPTU	57	115	110
Outras	123	139	67
Total	2.886	5.461	5.395

12 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o capital social de R\$ 1 bilhão está representado por 1.000.000.000 de ações ordinárias de classe única, todas nominativas e sem valor nominal.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07/10/2011, foi deliberado que, a partir de 2011, será distribuído 100% do lucro líquido apurado no período, observando o limite máximo da distribuição do lucro sobre a forma de juros sobre capital próprio estabelecido pela legislação, sendo o restante distribuído na forma de dividendos.

Foram distribuídos juros sobre o capital próprio e dividendos, conforme segue:

	2º Sem./2013	2013	2012
Juros sobre o capital próprio	9.809	16.730	18.360
Dividendos	11.319	11.319	5.066
Total	21.128	28.049	23.426

Para elaboração da Demonstração de Resultado, os juros sobre o capital são demonstrados posteriormente à apuração do lucro líquido, consoante o artigo 3º da Circular Bacen nº 2.739, de 19 de fevereiro de 1997.

c) Lucro por ação

	2º Sem./2013	2013	2012
Lucro líquido do período	20.557	29.525	32.242
Número de ações	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Lucro por ação (R\$)	0,02056	0,02953	0,03224

A reserva legal é constituída por 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

13 - Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstrativo de imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2013	2013	2012
Despesa de imposto de renda	(4.092)	(9.593)	(11.195)
Despesa de contribuição social	(2.523)	(5.835)	(4.119)
Ativo fiscal diferido	3.682	13.182	7.204
Total	(2.933)	(2.246)	(8.110)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social

	2º Sem./2013	2013	2012
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	24.376	33.468	41.873
Participação dos empregados	(886)	(1.697)	(1.521)
Resultado após a participação dos empregados	23.490	31.771	40.352
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social às alíquotas de 9% em 2012 e 15% em 2013.	(9.396)	(12.708)	(13.720)
Ajustes para Cálculo de IR e CSLL:			
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.838)	(13.850)	(7.112)
Outras adições	(229)	(462)	(742)
Outras provisões	(190)	(190)	(92)
Gratificação Diretoria, Conselho Fiscal e Administração	(32)	(165)	(248)
Contribuições a entidades de classe	(35)	(72)	(57)
Multas	(1)	(2)	(12)
Total das Adições	(6.325)	(14.741)	(8.263)
Perdas no Recebimento de Operação de Crédito	2.649	2.649	-
Recuperação de baixas para prejuízo	2.224	2.224	-
Outras exclusões	44	181	204
Total das exclusões	4.917	5.054	204
Incentivos fiscais – PAT	263	269	217
Prorrogação de licença maternidade	3	6	5
Juros sobre capital próprio	3.924	6.692	6.243
Imposto de Renda e CSLL	(6.614)	(15.428)	(15.314)
Ativo fiscal diferido	3.681	13.182	7.204
Despesa de IR e CSLL	(2.933)	(2.246)	(8.110)

c) Créditos tributários

Os créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido foram constituídos sobre diferenças temporárias, aplicando-se alíquota de 40%, conforme apresentado abaixo:

Diferenças Temporárias	31.12.2012	Alteração de alíquota (Nota 4-g1)	Baixa	Constituição	31.12.2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.959	1.581	(2.347)	13.850	22.043
Provisões para despesas administrativas	92	16	(108)	190	190
Total	9.051	1.597	(2.455)	14.040	22.233

As baixas das provisões para despesas administrativas foram efetuadas mediante o pagamento dessas despesas ao longo do exercício, enquanto as baixas relativas à provisão para créditos de liquidação duvidosa foram realizadas em decorrência de prejuízos, de acordo com os prazos definidos na legislação vigente.

A expectativa de realização dos créditos relativos às despesas com provisão para créditos de liquidação duvidosa, foi baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico, examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelos Órgãos da Administração, de acordo com a Circular Bacen nº 3.171, de 30 de dezembro de 2002, conforme demonstrado a seguir:

	2014	2015	2016	2017	Total
Valor nominal	5.519	6.203	7.141	3.180	22.043
Valor presente	4.996	5.057	5.276	2.140	17.469

O valor presente dos créditos tributários foi obtido através de desconto pela taxa de juros prevista no estudo técnico realizado para constituição dos créditos tributários. No período, não foram gerados créditos tributários não ativados.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Desenvolve SP – Agência de Fomento do Estado de São Paulo S.A. foi instituído em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN e ao estatuto social da Instituição, tendo os seus 3 (três) membros efetivos, sem mandato fixo, tomado posse formalmente na reunião de 25 de abril de 2013 do Conselho de Administração.

Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o referido conselho no desempenho de suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Instituição, na qualidade e eficácia do sistema de controles interno e de administração de riscos e na indicação e avaliação da efetividade da auditoria independente e da auditoria interna.

O Comitê de Auditoria atua como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

I – Atividades realizadas no período

O Comitê de Auditoria reuniu-se nove vezes ao longo de 2013, dentre as quais, realizou duas reuniões em conjunto com o Conselho Fiscal, sendo realizadas diversas sessões de debates, análises, esclarecimentos e, quando pertinentes, recomendações de melhorias nos processos de negócios, sendo que estas envolveram diretores, superintendentes e gerentes da Instituição. As atas expressando de forma resumida o conteúdo discutido nas reuniões são encaminhadas mensalmente ao Conselho de Administração e permanecem à disposição dos auditores independentes e da área de fiscalização do Banco Central do Brasil.

O Relatório do Comitê de Auditoria e este resumo foram aprovados em reunião de 25 de fevereiro de 2014 e encaminhados de imediato ao Conselho de Administração.

II – Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno

A Administração é responsável pelo desenho e pela implantação de políticas, de procedimentos, processos e práticas de controles internos que assegurem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a identificação, quantificação e mitigação, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco da Instituição. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Instituição, dos procedimentos e práticas de controles internos e que estes se encontrem em efetiva aplicação. A Superintendência de Riscos, Compliance e Normas (Suric) têm por responsabilidade garantir que os riscos assumidos no desenvolvimento das atividades da Instituição estejam em conformidade com os níveis permitidos pelo Banco Central do Brasil e os limites definidos pela alta administração, fazendo com que as regras internas e os controles vigentes sejam

conhecidos e cumpridos com rigor. A KPMG Auditores Independentes é a firma de auditoria responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir opinião quanto ao seu preparo consoante às práticas contábeis adotadas no Brasil. De forma complementar, como resultado de sua revisão dos controles internos para fins de emitir a opinião sobre as demonstrações financeiras, a Auditoria Independente produz relatório de recomendações sobre práticas contábeis e de controle interno. Baseado nas diversas informações trazidas ao seu conhecimento, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos pela Administração com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da Instituição. Considera, ainda, que as atribuições e responsabilidades, assim como os procedimentos relativos à avaliação e monitoramento dos riscos legais estão definidos e continuam sendo praticados de acordo com as orientações corporativas.

III – Recomendações apresentadas à diretoria

O Comitê de Auditoria efetuou recomendações à administração da Instituição com o fito de aperfeiçoar os processos de controles internos e a gestão econômico-financeira, incluindo a avaliação e concessão de créditos. Tais recomendações foram implantadas ou estão sendo objeto de análises para a viabilidade de implantação.

IV – Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna

O Comitê mantém um canal regular de comunicação com os auditores internos e independentes, permitindo ampla discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis e de controles internos relevantes e, em decorrência, avalia como plenamente satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas por esses profissionais, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Ademais, não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes e/ou a autonomia dos auditores internos. O Comitê de Auditoria acompanhou as atividades realizadas pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente, a partir de 25 de abril de 2013 – data da posse de seus membros – quer por meio da realização de reuniões periódicas, quer pela revisão dos relatórios emitidos desta data até o presente momento. Os resultados desses trabalhos não trouxeram ao conhecimento do Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade da Instituição. Em decorrência, o Comitê de Auditoria avalia positivamente a cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna e pela Auditoria Independente no período de tempo em tela, concernentes às avaliações dos procedimentos e práticas de controles internos da Instituição e auditoria das demonstrações financeiras do exercício social e semestre findos em 31 de dezembro de 2013.

14 - Transações com partes relacionadas

A Instituição não possui acionista majoritário o Estado de São Paulo com 99,998% das ações. Por meio de Termo de Cessão de Uso a Título Gratuito, a Instituição beneficia-se do uso de imóvel pertencente à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo para desempenho de suas atividades. Os custos com o pessoal-chave da Instituição, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria foram:

	2º Sem./2013	2013	2012
Benefícios de Curto Prazo	1.524	2.981	2.828
Diretoria	910	1.828	1.843
Conselho de Administração	260	587	756
Comitê de Auditoria	223	304	-
Conselho Fiscal	131	262	229
Outros Benefícios de Longo Prazo	129	258	-
Diretoria	129	258	-
Total	1.653	3.239	2.828

15 - Contingências

A Instituição não possui contingências ativas que requeiram divulgação em notas explicativas. Não há contingências passivas classificadas como prováveis ou possíveis que requeiram registro contábil ou divulgação em notas explicativas.

16 - Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital

Na Desenvolve SP, o gerenciamento dos riscos e o gerenciamento de capital é realizado pela SURIC - Superintendência de Riscos, Compliance e Normas. A SURIC é uma unidade independente, ligada diretamente à Presidência.

Essa superintendência é composta por duas gerências, sendo uma responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, além do gerenciamento de capital, e a outra responsável pelas normas e pelos controles internos e Compliance. O Relatório de Descrição da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e de Capital está disponível no endereço http://www.desenvolveesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da Instituição.

a) Estrutura de Sistemas

A Desenvolve SP desenvolveu modelos e metodologias para que os riscos inerentes às atividades desenvolvidas sejam identificados, avaliados, monitorados e minimizados em um nível aceitável pela alta administração.

Os sistemas utilizados para o gerenciamento de riscos e de capital são implementados, homologados e validados através de modelos proprietários.

17 - Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital

As Políticas de Gerenciamento de Riscos e de Capital são revisadas anualmente e submetidas para aprovação da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

Nelas estão definidas a estrutura, as metodologias e as responsabilidades que devem nortear o gerenciamento de riscos e de capital.

b) Risco Operacional

O MNP – Controles Internos e Compliance, aprovado pela Diretoria Colegiada, contém a metodologia de mapeamento de riscos das atividades da Instituição, utilizada para a construção de matrizes de risco e consequente implementação de medidas e planos de ação de melhoria.

O acompanhamento sistemático do cumprimento de normativos expedidos pelos órgãos reguladores, a divulgação de Manuais de Normas e Procedimentos internos e as melhorias promovidas nas áreas da Tecnologia da Informação e Gestão de Pessoas complementam as ações de controles internos e contribuem para a mitigação do risco operacional.

O valor referente à alocação de capital para o risco operacional é apurado através do cálculo da parcela RWA_{RPO} , conforme determina a Circular BACEN nº 3.640, de 04/03/2013.

Para esse cálculo, a Desenvolve SP optou pela metodologia da **Abordagem do Indicador Básico**.

c) Risco de Mercado

O risco inerente à flutuação das taxas de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN) é calculado diariamente através do VaR Paramétrico, com 95% de confiança, para o horizonte de um dia. Embora não haja operações registradas na carteira de negociação, a política define, para essas operações, o cálculo do risco de mercado de acordo com normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Risco de Crédito

O acompanhamento sistemático da evolução da carteira de crédito permite a análise de sua segmentação e o armazenamento de dados para estudos e projeções.

O valor referente à alocação de capital para o risco de crédito corresponde ao valor da parcela RWA_{RCD} , cujo cálculo é efetuado de acordo com a Circular Bacen nº 3.644, de 04/03/2013.

e) Risco de Liquidez

Além da Política de Gerenciamento do Risco de Liquidez, a Diretoria Colegiada e o Conselho de Administração aprovaram o Plano de Contingência de Liquidez, que determina as ações a serem tomadas em caso de estresse de liquidez.

f) Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Política de Gerenciamento de Capital instituiu padrões adequados para o gerenciamento de capital, a fim de avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita. O Plano de Capital, parte integrante da Política, abrange o período de três anos, sendo consistente com o planejamento estratégico da Instituição e determinando medidas de contingência em caso de estresse de capital.

g) Relatório de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, à Apuração do Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e à Apuração do Patrimônio de Referência (PR)

Os Relatórios de Divulgação de Informações Referentes à Gestão de Riscos, à Apuração do Montante dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) e à Apuração do Patrimônio de Referência (PR) estão disponíveis no endereço http://www.desenvolveesp.com.br/portal.php/gestao_riscos, no site da Instituição.

Diretoria	
Milton Luiz de Melo Santos Julio Themes Neto	Claudio de Oliveira Torres Claudio
Lucivaldo Pereira Lima - Contador - CRC 1SP258038/O-1	

V – Avaliação da qualidade das demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela definição e implantação de sistemas de informações que produzem as demonstrações financeiras da Instituição, em observância à legislação societária, práticas contábeis, normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen).

O Comitê de Auditoria reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de contabilidade para análise dos procedimentos que envolveram o processo de preparação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social e semestre findos em 31 de dezembro de 2013, das práticas contábeis brasileiras relevantes utilizadas pela Instituição na sua elaboração e do cumprimento de normas editadas emanadas pelo CMN e Bacen.

Por fim, discutiu com os auditores independentes os resultados dos trabalhos e suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cujo relatório se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com a obediência às normas do CMN e do Bacen e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e de riscos e apresentação das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria verificou